

Eixo 5 - Política educacional, direitos humanos e diversidade social e cultural

## **DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA: VIVÊNCIAS DE JOVENS NEGROS**

**Adriana Cristina Guimarães**

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP  
[marighettiadri@uol.com.br](mailto:marighettiadri@uol.com.br)

**José Marcelino de Rezende Pinto**

Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP  
[jmrpinto@ffclrp.usp.br](mailto:jmrpinto@ffclrp.usp.br)

**Resumo:** Esse trabalho de pesquisa teve por objetivo estudar a discriminação racial no contexto escolar. A partir da metodologia história de vida foram entrevistados dez jovens negros que contaram suas vivências, durante o processo de escolarização, sobre tal fenômeno social. Segundo suas percepções, podemos compreender como se processa as questões raciais no interior da escola e como as práticas educativas reforçam tais situações.

**Palavras chaves:** discriminação racial; jovens negros; escolarização; práticas educativas.

A discriminação racial que se processa no âmbito social reflete as formas pelas quais este fenômeno social se constituiu no Brasil desde a escravatura. O imaginário social acerca do negro se estabeleceu a partir de concepções negativas e depreciativas incorporadas pelas teorias racistas que insistiam na inferioridade deste segmento em relação ao segmento não-negro.

Em contrapartida, este mesmo imaginário social promovido pelas elites dominantes forjou uma ideologia segundo a qual no Brasil não existiriam distinções raciais entre negros e brancos. Desta maneira criou-se no país um racismo característico, como nos salienta Nilma Lino Gomes (2001):

O racismo no Brasil é um caso complexo e singular, pois ele se afirma por meio da sua própria negação. Ele é negado de forma veemente, mas mantém-se presente no sistema de valores que regem o comportamento da nossa sociedade. (p.92)

Ao negar a existência do racismo este se fortalece, pois pouco ou quase nada é feito para diminuir ou equacionar as diferenças e as desigualdades raciais provenientes desta prática social.

A educação como principal mecanismo pelo qual os sujeitos obtêm conhecimento para fazer uso em sociedade não está isenta desta mazela social. Ao analisarmos dados educacionais fica evidente a disparidade entre negros e brancos acerca do desenvolvimento escolar.

Em relação à média de anos de estudo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2007), a média nacional entre a população com 15 anos ou mais é de 7,3 anos, indicando que muito embora a legislação brasileira, desde 1971, estabeleça a escolarização mínima obrigatória de oito anos de estudo o país ainda se encontra fora desta meta. No entanto, se analisarmos os anos de estudo por raça/cor, entre os brancos esta média é de 8,2 anos de estudo, enquanto entre os negros é de 6,4 anos, o que torna gritante a desigualdade acerca da escolarização atingida por estes dois segmentos raciais.

Podemos evidenciar a partir destes dados educacionais que a população negra encontra-se em uma desvantagem muito acentuada, o que enfatiza as marcas da discriminação racial do passado que se fazem presente na estrutura social do presente.

Entender qual a importância do negro ao longo da história do Brasil é fundamental para compreendermos como a discriminação racial foi se constituindo a partir dos diferentes papéis que negros e brancos passaram a ocupar na sociedade. Porém, igualmente necessário se faz olhar para os aspectos implícitos deste processo, como os manifestos pelo sistema educacional brasileiro por meio das práticas educativas que muito contribuíram para a formação da discriminação racial tão presente em nosso país.

Deste modo, duas questões nortearam este trabalho de pesquisa:

- Como se processa no ambiente escolar a discriminação racial segundo as percepções dos sujeitos discriminados.
- De que forma a escola atua diante das situações de discriminação racial e como as práticas educativas reforçam ou não este fenômeno social.

Muito embora, vários estudos venham oferecendo dados estatísticos que revelam a discriminação racial e econômica no interior da escola e a disparidade de escolarização e rendimento escolar entre brancos e negros, somente constatar esse fenômeno não nos parecia suficiente. Tivemos, então, a necessidade de entender melhor como esse fenômeno se processa a partir das impressões dos sujeitos discriminados.

Dessa forma, esta pesquisa se desenvolveu a partir da metodologia da história de vida (PAULILO; 1999; MEIHY, 1996), e teve como sujeitos dez jovens negros oriundos de um mesmo conjunto habitacional, que ingressaram na 1ª série do Ensino Fundamental de

uma mesma escola pública entre os anos de 1988 e 1992, e que teriam, de acordo com a sua idade, condições de terem concluído a educação básica.

## **A trajetória escolar**

Os participantes frequentaram, durante o processo de escolarização, somente instituições públicas de ensino e, no decorrer deste processo, tiveram vivências muito semelhantes entre si. A trajetória escolar de quase todos foi marcada por muita irregularidade refletida em diversas situações de repetência, tanto nas séries iniciais quanto no decorrer do Ensino Fundamental e Médio, seja causada por baixo rendimento ou em função da evasão. Em ambas as situações, rendimento e evasão, houve comprometimento do desenvolvimento escolar destes jovens o que os levou a defasagem escolar.

Conforme podemos observar em seus relatos:

Eu acho que reprovei a 3ª série, foi mais por nota mesmo. (Marcos)<sup>1</sup>

Na 2ª série era muito bagunceira, então eu repeti. Mas na 1ª série eu faltava muito, a gente veio pra Ribeirão, mudamos de Santos. Foi mais a fase da adaptação na 1ª série. (Sheila)

Eu reprovei a 2ª e a 3ª série, foi porque eu fiquei doente, eu sentia muita dor de cabeça, e também porque eu tinha muita dificuldade em matemática, em estar aprendendo matemática. (Lucia)

Eu reprovei a 5ª série, né. Foi a dificuldade de eu sair de uma escola do Estado e ir pro SESI, a matéria era muito diferente, muito mais avançado do que tava aprendendo, aí eu não conseguia acompanhar os alunos de lá. (Luiz)

Foi na quinta, fiz a quinta lá, não terminei lá reprovei e terminei lá, fiz a sexta pra cá e aqui eu reprovei na oitava. Foi por nota. (Alex)

[...] eu reprovei a 5ª série. (Jair)

Fiz o primeiro inteiro, aí repeti, aí fiz o primeiro ano duas vezes, aí na metade do segundo ano desisti [...] (Simone)

Eu parei. Eu estudava no Tomé de Souza, e eu parei devido a uma briga que aconteceu. Me envolveu, eu não tinha nada a ver, minha mãe decidiu me tirar da

---

<sup>1</sup> Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

escola. [...] Eu fiz tudo direto parei lá no segundo grau. Eu parei, fiquei um ano parado, depois fui fazer no Dom Manoel, no supletivo. (Jonatan )

De maneira geral, as falas demonstram certa culpabilização, atribuindo aos próprios sujeitos a responsabilidade pelo fracasso escolar. Não há referência, em nenhuma delas, à escola enquanto instância responsável pelo desempenho escolar dos estudantes. Esta maneira de conceber o processo de aprendizagem que atribui ao próprio estudante ou à sua família a responsabilidade pelo fracasso escolar, como aponta Patto (1992) é a incorporação de um discurso feito de forma recorrente pela equipe escolar e a ajuda a mascarar a relação que há entre a má-qualidade das instituições públicas de ensino e a própria organização do sistema capitalista no qual estamos inseridos por meio de políticas, no caso, educacionais, as quais estão a serviços das classes dominantes e não da maioria da população.

Desta forma, os agentes escolares, referindo-se ao baixo desempenho escolar dos estudantes pobres das escolas públicas, muitas vezes, eximem-se de responsabilidade, pois esta passa a ser atribuída aos estudantes de forma individual ou a seus familiares, esta concepção é assimilada pelos estudantes como sendo a causa do fracasso escolar que vivenciam dentro da escola.

Outra questão relevante refere-se à presença da indisciplina: “[...] Na 2ª série era muito bagunceira, então eu repeti” (Sheila); nesta fala, fica evidente que uma das formas mais correntes do sistema escolar tradicional de ensino era a punição por meio da retenção. Esta forma de proceder acabava por excluir os estudantes que não conseguiam se “adequar”, ou que agiam de forma diferente ao estabelecido. Como consequência, estes fracassavam na escola e eram marginalizados, carregando consigo o estigma de “repetente”.

As dificuldades de aprendizagem também estiveram presentes nos percursos escolares dos participantes, “[...] tinha muita dificuldade em matemática” (Luciana), “[...] a matéria era muito diferente, muito mais avançado do que tava aprendendo, aí eu não conseguia acompanhar os alunos de lá” (Alex). A partir destas colocações, podemos observar que cabia aos estudantes se adaptarem ao tipo de escola que frequentavam e ao método de ensino que estas lhes ofereciam - e não o contrário, a escola como sendo a responsável de se organizar a partir da realidade e das necessidades de aprendizagem dos estudantes.

Sendo assim, para muitos estudantes dos sistemas de ensino de hoje, bem como para os jovens participantes quando estudantes, estudar na escola significa adaptar-se a um modelo de escola e de estudante e, muitas vezes, estes modelos estão distantes da realidade cotidiana, o que leva a um descompasso e, em muitos casos, ao fracasso na escola.

Como nos salienta Charlot (1996), para que a aprendizagem ocorra, é preciso que o educando consiga ver sentido no próprio ato de aprender, nos conhecimentos escolares, para que, assim, possa atribuir significado concreto a eles e relacioná-los com a sua vida em sociedade para obter sucesso na escola.

A evasão também foi apontada por alguns dos participantes como a única alternativa diante de situações difíceis. No caso da Simone, após duas repetências consecutivas no 1º ano do Ensino Médio, esta optou por evadir no meio do ano letivo ao cursar o 2º. ano, prevendo que seria novamente reprovada.

Há também o caso de Jonatan; envolvido numa situação de violência, como solução, sua mãe retirou-o da escola. Como este jovem trabalhava no período diurno e precisava estudar no período noturno, não conseguiu prosseguir em seus estudos naquele momento, pois a escola do bairro José Pedro onde residia, a Ernesto Mendes, naquela época, não oferecia Ensino Médio. Somente no ano posterior, por volta de 1998, esta passou a oferecer este nível de ensino.

A permanência pode ser considerada um aspecto relevante dentro do processo educativo. Conhecer as condições oferecidas aos estudantes para que estes consigam manter-se na escola e obter sucesso parece-nos ser a principal atribuição que os sistemas de ensino devem ter.

No caso dos nossos participantes, a repetência pode ser compreendida enquanto uma situação que comprometeu não só a permanência destes na escola, mas seu próprio desenvolvimento escolar posterior, pois, devido ao atraso, a única opção para continuar sua escolarização e resolver a defasagem idade/série foi frequentar a modalidade de EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Como salientamos dos dez participantes, apenas dois concluíram a escolarização básica na duração adequada (11 anos) e no ensino regular. Os demais, além da defasagem idade/série, gastaram mais tempo para concluir a escolarização, ao vivenciarem períodos de abandono escolar.

Desta forma, dos estudantes concluintes, a média ponderada de tempo de conclusão, em termos de anos de estudo, foi de 12,1 anos, o que representa uma defasagem de um ano, porém este processo de conclusão somente ocorreu, para a maioria dos participantes, por meio da frequência à EJA.

Ressaltamos que o atraso de um ano é relativo, pois, na modalidade de EJA do Ensino Fundamental e Médio, condensam-se dois anos em um; assim, a defasagem em termos

de anos de estudo foi menor do que ocorreria caso tivessem frequentado apenas o ensino regular.

E temos, ainda, um caso inconcluso que integra as estatísticas daqueles jovens que não conseguem concluir o ensino médio.

Todos os participantes, conforme abordamos, frequentaram, quando de sua escolarização, instituições públicas de ensino e tiveram muitas dificuldades que comprometeram o desenvolvimento deles na escola. Tais dificuldades, como repetência, evasão, dificuldade de adaptação em relação à mudança de escola, de período e professores, de métodos de ensino, podem estar associadas à própria qualidade dos sistemas de ensino aos quais os participantes estiveram vinculados ao longo de suas trajetórias na escola.

Em seus relatos, pudemos observar que a qualidade da escola foi percebida por eles em diferentes situações:

Eu avalio que o Dom Manoel era mais organizado do que o João Fernando, porque lá era completa, não tinha o supletivo na época, e depois ter ido pra lá assim já foi um baque pra gente. Era mais desorganizada, tudo você precisava reclamar, diferente do que eu vivi aqui no Dom Manoel [...] no João Fernando, porque vivia entrando e saindo professor. Com certeza, acaba influenciando. (Luciana)

Acho que foi por conta da escola, de estudo assim eu não aprendi nada, eu sinto falta hoje, eu sinto falta hoje da escola, com o tempo você sente falta, dá vontade de voltar a estudar, mas não tem como, só faculdade, e eu pelo menos não aprendi nada. (Alex)

O bairro José Pedro fica em uma região na qual existem vários conjuntos habitacionais, entre eles, o Dom Manoel<sup>2</sup>. Neste bairro, situa-se outra Escola Estadual, o João Fernando<sup>3</sup>, que, na época em que os participantes frequentavam as etapas finais do Ensino Fundamental, oferecia este nível de ensino na modalidade de EJA.

Assim, alguns dos participantes, como a Luciana, o Alex e o Jair, frequentaram esta escola a fim de resolver sua defasagem idade/série. No caso da Luciana e do Alex, a frequência foi nas séries finais do Ensino Fundamental e a do Jair, na 3ª série do Ensino Médio.

Como se observa em seu depoimento, ao avaliar as escolas que frequentou, Luciana destaca uma diferença muito acentuada entre elas, mesmo sendo todas públicas. Ao ser “desorganizada”, como aponta um dos sujeitos, a escola João Fernando deixava de atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes e, como forma de reivindicar condições mais

---

<sup>2</sup> O nome do bairro Dom Manoel é fictício a fim de mantermos em sigilo as referências dos dados de nossa pesquisa.

<sup>3</sup> O nome da Escola Estadual João Fernando também é fictício.

favoráveis de ensino, muitas vezes, conforme seu relato, a estudante e seus pares tinham de reclamar junto à direção da escola para que fossem tomadas providências a respeito dos problemas que enfrentavam para estudar.

Outro aspecto abordado pela mesma refere-se às constantes trocas de professores ocorridas na escola, que acabavam por influenciar em seu desempenho escolar. Importante ressaltar que esta participante teve situações de repetência nas séries iniciais e uma das causas, por ela apontada, destas repetências foi a dificuldade com os conteúdos de matemática.

Assim, além do atraso escolar proveniente da sua retenção na escola, a frequência à EJA, como forma de sanar esta defasagem escolar, pouco contribuiu a fim de ajudá-la a resolver suas dificuldades e, deste modo, obter um desenvolvimento escolar adequado às suas necessidades educacionais.

A organização escolar é um fator extremamente importante para a garantia de efetividade do processo educativo, pois são as condições de infraestrutura, de gestão, de suporte pedagógico, de docentes que podem favorecer o desenvolvimento de uma educação que, de fato, consiga explorar todas as potencialidades de seus educandos.

Portanto, a referida escola, ao ser considerada “desorganizada”, evidencia a falta de condições propícias para o desenvolvimento de uma educação de qualidade - a que fosse capaz de garantir um desenvolvimento escolar adequado aos seus educandos.

Segundo o IBGE (2008), a partir das Sínteses de Indicadores Sociais de 2007, cerca de 2,1 milhões das crianças de 7 a 14 anos de idade frequentes à escola não sabem ler e escrever, o que nos remete à discussão sobre o processo de universalização do Ensino Fundamental que, até o momento, pouco avançou no que se refere à garantia de um patamar básico de qualidade (CARREIRA E PINTO, 2007; OLIVEIRA, 2007). Conforme o relato dos participantes e as estatísticas educacionais, frequentar a escola nem sempre significa aprender.

### **As práticas pedagógicas e a presença do racismo na escola**

A escola é um local privilegiado de convivência humana; nela, encontra-se uma enorme variedade cultural, étnica e socioeconômica; porém, a forma como este espaço social é organizado inviabiliza que as diferenças presentes no cotidiano escolar sejam respeitadas e valorizadas enquanto diversidades.

Eliane Cavalleiro (2001), ao estudar o espaço escolar na pré-escola, observa que:

[...] não são encontrados no espaço de convivência das crianças cartazes, fotos, ou livros infantis que expressam a existência de crianças não-brancas na sociedade brasileira. Dessa maneira, o espaço escolar reproduz o modelo de beleza branca/européia predominante nos meios de comunicação e na vida social. A ocorrência desses acontecimentos também na escola parece confirmar às crianças uma suposta superioridade do modelo branco. São acontecimentos que podem parecer apenas um detalhe do cotidiano pré-escolar, porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels. (p. 145)

Muito embora a escola tenha a função de promover a tolerância, a igualdade e o respeito às diferenças, as observações da autora levam-nos a considerar que essa função não é cumprida quando a escola privilegia um único segmento racial.

Essas práticas escolares discriminatórias contribuem de maneira prejudicial para a formação do imaginário social dos estudantes negros a respeito de si próprios. Ao não se verem representados, estes passam a sentir-se excluídos da vida social e deixam de se identificar com seu grupo de origem. De forma inversa, como o segmento branco vê-se constantemente representado, seja pela mídia, seja pelos recursos pedagógicos disponíveis na escola, estes sentem-se aceitos e reconhecidos, passando a identificar-se com o meio social no qual estão inseridos.

Neste sentido, Cavalleiro (2001) observa outro aspecto relevante e muito recorrente no trato dos professores em relação às crianças negras:

O fato de as professoras basearem-se na cor da pele e/ou nas características raciais de seus alunos para diferenciá-los – “a moreninha”, “a branquinha”, “aquela de cor”, “a japonesinha” – constitui um aspecto que merece atenção. Não nos podemos esquecer de que essa diferenciação representa um problema, pois vigora no país uma hierarquia racial. Além do mais, cabe considerar que esses comentários feitos na presença das crianças podem ser por elas interiorizadas e reproduzidos nos demais espaços da sociedade. São tratamentos que denotam desrespeito e podem constranger as crianças. (p. 145)

As práticas discriminatórias, na escola, perpassam o campo pedagógico, muitas vezes nas entrelinhas das relações; no entanto, estas práticas estão carregadas de uma construção ideológica que diferencia os indivíduos conforme sua origem étnica. Essa forma de diferenciar as pessoas faz referência a uma ideologia racial que valoriza ou inferioriza os indivíduos.

Neste sentido, o relacionamento professor-aluno é de fundamental importância para o processo educativo, pois pode influenciar o desempenho escolar dos estudantes de forma positiva ou negativa.

No que se refere a este relacionamento, apenas alguns participantes relatam situações nas quais se sentiram discriminados por seus professores:



Só uma vez com professor, aí eu ameacei que eu ia processar ele e nunca mais. Porque eu e mais meia dúzia de alunos negros da sala se ofendeu por uma questão que ele levantou, isso eu tava no meu primeiro ano. Há não sei o que ele tava falando lá, eu nem me lembro, só sei que foi feio. Foi um comentário infeliz. [...] mas eu lembro que na época, tinha eu e mais quatro ou cinco na classe, e teve a mãe de um desses alunos que ficou bem estressada, queria meter processo no professor. Mas aí depois acabou deixando pra lá. (Simone)

Não, eu percebi algumas vezes que algumas professoras que parecia que não gostava de alguns alunos da cor. Tinha a professora de matemática, eu chegava atrasado, ela fica sempre irritada, aí eu percebia que a pessoa da cor branca chegava junto comigo e ela não falava nada. Bom, chegou junto comigo, tá falando pra mim. Eu até falei pra minha mãe. (Jonatan)

Nas situações em que os jovens perceberam por parte de seus professores práticas discriminatórias estes se referiam a diferenças no tratamento destinado aos estudantes conforme seu pertencimento racial.

Jonatan, devido aos seus atrasos, percebia em sua professora de matemática um comportamento hostil, no entanto, em uma situação em que outro estudante, sendo este branco, também se atrasa, a professora em questão apenas chama sua atenção o que foi percebido pelo jovem como sendo uma prática discriminatória.

No caso apresentado pela Simone houve uma situação de discriminação racial manifesta verbalmente, embora mesmo sendo questionada sobre o teor de tal manifestação esta apenas limitou-se em contar o fato sem nos dar maiores detalhes, mas deixando claro que o “comentário infeliz” do professor a ofendeu em relação a seu pertencimento racial e alguns de seus pares também perceberam no episódio uma forma de discriminação.

No primeiro momento, conforme seu relato, a reação foi de indignação, de mobilização dos pais, de ameaça de processo, porém, o caso acabou ficando sem solução, ficou apenas na memória. Podemos supor várias razões pelas quais este episódio tenha ficado impune, mesmo sendo no Brasil o racismo considerável um crime inafiançável, conforme a Constituição Federal de 1988. Uma destas razões se associa à própria instituição escolar:

Na época não adiantava, porque o vice-diretor, sempre foi diretor dessa escola e na época ele era assim bem impessoal, como eu te falei, foi um comentário infeliz desse professor só que esse comentário infeliz, se as mães tivessem levado adiante, teria sido um sério problema. (Simone)

A postura da escola, no caso específico do vice-diretor, que em boa parte dos casos, é o diretor de fato em função do turno que os alunos estudavam, de manter-se alheio aos problemas vivenciados pelos estudantes no cotidiano escolar, contribuiu para que, ao final, não fosse realizada nenhuma denúncia, portanto, nenhuma providência foi tomada,

nenhuma punição estabelecida. Esta postura representou, não somente uma atitude de omissão, mas a forma como a discriminação racial acontece no interior da escola, pois a impunidade fica apenas como um prejuízo aos discriminados.

Entender como as questões raciais são percebidas pelos agentes escolares é de suma importância para encontrarmos caminhos a fim de que o racismo deixe de ser uma prática comum da escola. Neste sentido, Isabel Aparecida dos Santos (2001) realizou oficinas pedagógicas com um grupo de professores com o intuito de identificar estas questões. Segundo os relatos obtidos pelo estudo:

Grande parte dos docentes atribuía o problema da discriminação à família e às próprias crianças, por não se aceitarem como negros (as) e não lutarem para conquistar novos espaços, conformando-se com a exclusão.  
Outra parcela de educadores chamava a atenção para o fato de não se poder reduzir o racismo e o preconceito à questão negra, fazendo alusão a outros segmentos discriminados (mulheres, portadores de HIV, pobres....). (p. 104)

Estas formas de pensar e agir dos agentes escolares demonstra uma falta de visão crítica a respeito da temática racial e são, ao mesmo tempo, carregadas de um senso comum que afirma a exclusão racial como sendo fruto de atitudes individuais, dando a entender que a estrutura de poder não tem papel determinante sobre a organização da vida em sociedade.

Outro aspecto relevante deste estudo é que se caracteriza enquanto uma marca do racismo praticado no Brasil é a tendência das pessoas em nivelar toda e qualquer situação discriminatória, o que passa a ser uma tentativa de menosprezar e de colocar o racismo como uma prática social comum não diferente de outras formas de discriminação. Este nivelamento funciona como uma forma de negação e de não reconhecimento do racismo enquanto uma prática social específica que possui em sua origem a segregação e a distinção racial.

Assim, ao não se reconhecer e identificar o racismo presente na esfera escolar, as instituições de ensino contribuem para a afirmação deste fenômeno social como sendo um problema específico das crianças e dos jovens negros - e não como um problema social que precisa ser vencido por todos por meio de práticas educativas direcionadas a modificar esta mentalidade social. Mais do que adotar práticas discriminatórias o que se constata é uma persistente omissão da instituição escolar em detectar e enfrentar a questão.

## **A discriminação racial no interior da escola**

Um conjunto de situações reproduz o racismo, presente em todas as esferas sociais, no cotidiano escolar. Alguns dos participantes foram contundentes em afirmar sua ocorrência:

Bom, a discriminação racial é bem delicada porque não foi nem uma nem duas vezes que isso aconteceu. Tanto de professor, tanto quanto de colegas nossos mesmos, brincadeiras, alguns tipos de insinuações, comentários completamente sem o mínimo de fundamento. Mais na ofensiva mesmo, isso já aconteceu e não foi nenhuma nem duas vezes. No nível do tratamento, o pior possível. (Simone)

A Simone ao abordar esta temática social nos coloca um conjunto de situações pelas quais o racismo se manifesta na esfera escolar, a partir da convivência com professores e pares. A jovem concebe a discriminação racial como algo delicado, pois reflete um problema complexo oriundo das concepções racistas externas à escola, mas que se fazem presente nas relações cotidianas dentro da escola. Estas concepções constituem um imaginário social e promovem uma desvalorização conforme o pertencimento racial dos estudantes.

Como conseqüência desta complexidade, segundo o relato da Simone “[...] não foi uma nem duas vezes que isso aconteceu”, fica evidente que a discriminação racial na escola além de ser um fenômeno social presente é recorrente, como conseqüência, causa diversos prejuízos pessoais, como pudemos perceber pelos relatos da Luciana:

Assim, eu sempre fui gordinha, então eu tinha muito este preconceito também de, às vezes, as pessoas não quererem um pouco se aproximar, então aquilo pra mim já era o fim do mundo. Eu sempre guardava aquilo comigo. Olha, eu era muito chamada de gorda, de negra, então isto me machucava muito, eu chorava, chegava em casa, às vezes, chorando minha mãe perguntava o que era. Eu tinha muita dor de cabeça, em relação a ter guardado tudo o que acontecia dentro da escola comigo, que eu senti muito preconceito dentro da escola. (Luciana)

A Luciana sofreu em diversos momentos da sua trajetória escolar situações de discriminação racial, como xingamentos que se referiam tanto as suas características físicas quanto ao seu pertencimento racial. Tais situações lhe causaram diversos prejuízos de cunho emocional e psíquico, além de escolar. Impotente, esta jovem acumulava frustrações que ora se manifestavam em choro, ora eram somatizadas causando-lhe problemas de ordem física, como dores de cabeça. Essas dores de cabeça, no entanto, acabaram por prejudicar seu desempenho escolar, pois esta jovem vivenciou duas situações de retenção nas séries iniciais do Ensino Fundamental, causadas, conforme seu relato, pelo fato de ter ficado doente.

O relacionamento dos participantes, durante suas trajetórias na escola, com seus pares representou, para alguns, situações de discriminação racial direta, prejudicando de diversas forma a convivência social:

[...] aquelas brincadeiras tipo: aí sua macaca, tição de fogo, cabelo de não sei que lá. Eu saía muito na mão, brigava muito, porque eu não admitia este tipo de coisa. (Simone)

Briga, já cheguei a brigar na escola com um amigo, muito próximo mesmo, me ofendeu, chegou a ofender, me xingou tudo. [...] Falou que eu era negra, que eu não sabia nada. [...] eu era muito próxima dele. [...] eu senti arrependimento. Porque eu não era agressiva, e por eu ter agredido a pessoa eu senti arrependimento depois. (Luciana)

Só de aluno para com aluno, briga de intervalo, de saídas, às vezes já aconteceu, de se pegar por causa disso. Alunos negros com brancos principalmente, os brancos ficavam xingando, chamando de macaco você é isso aquilo, sempre tinha isso, era comum, normal na minha época. (Márcia)

[...] eu acho que eu tive sim problema na 5ª série, foi o único ano que eu estudei de manhã, e eu tive sim problemas, principalmente com meninos, moleques. Ah, ficava enchendo o saco, falando “ah! aquela preta ali, aquela neguinha ali” essas coisas. (Márcia)

As manifestações de racismo ocorridas na escola entre os participantes e seus colegas de turmas se pautavam por xingamentos que se referiam a sua etnia de forma depreciativa. Estas agressões verbais reproduziam o racismo social que relacionam o negro de forma inferiorizada em relação ao seu pertencimento racial, pois os desvaloriza enquanto seres humanos. Esta prática foi percebida como sendo algo rotineiro, conforme os relatos de Márcia “[...] sempre tinha isso era comum, normal na minha época.” Ao ser tratada como procedimento típico da escola, a discriminação racial se manifesta de forma livre e intensa e vai deixando aos discriminados poucas possibilidades de defesa.

A questão do turno escolar, que aparece no depoimento de Márcia é também muito interessante, pois o que se observa nas escolas públicas é um processo de segmentação entre os turnos escolares, com uma elitização no período da manhã, no qual muitas vezes são aceitos apenas alunos com maiores notas ou sem repetência.

Simone, ao contar às discriminações que sofreu ao longo de seu percurso na escola, disse que estas situações estão presentes não apenas na sua vida, mas na de seus familiares:

Ah! passou uma reportagem dessa outro dia, falando desse assunto, sobre essas brincadeiras na escola que acaba prejudicando a pessoa. [...] eu tenho um irmão, ele tá na oitava série, ele tem dois problemas, ele tem obesidade mórbida e ele é negro. Por duas vezes, duas não, por três vezes ano passado eu fui correndo na escola pra acudir ele, porque os piores apelidos que você imaginar ele leva, e, junta a

negligência da direção com a falta de ética, de caráter dos próprios amigos, do próprio meio são as piores situações. [...] tenho certeza que afeta ele, isso é consequência. (Simone)

A reportagem a que ela se refere discutia o *Bullying*, fenômeno de que seu irmão era vítima constante. Em sua visão, ao se omitir, não promovendo ações educativas que possam modificar tais comportamentos, a direção escolar acaba por incentivar essa prática. Para ela, ao se omitir diante de tais situações, a escola deixa sozinha a vítima que pouco consegue fazer no sentido de se defender ou resolver seus conflitos. Em virtude desses fatos, a jovem foi até a escola algumas vezes a fim de ajudar o irmão.

Frente a omissão da equipe escolar, o caminho adotado, em alguns momentos, pelos participantes foram as agressões físicas, brigas que ocorriam nos portões e no interior da escola aos olhos dos agentes escolares. Estas atitudes extremas, tomadas após vários episódios discriminatórios, representavam uma resposta, uma solução momentânea, que na verdade não resolvia a situação, mas denunciava a discriminação.

Contudo, a solução mais recorrente entre os participantes foi isolar-se como forma de se resguardar, “[...] a pessoa fica meio acuada, se sente discriminada ela fica mais isolada” (Marcos), “[...] às vezes eu ficava quieta, as vezes eu brigava muito também com meus amigos, só que depois, teve uma época [que] eu já nem dava bola, e guardava aquilo comigo e deixava passar”. (Luciana) Ao isolar-se o estudante discriminado buscar estabelecer, a partir desta atitude uma forma viável de conviver com os demais estudantes, pois tenta passar pelo ambiente escolar de maneira despercebida, como se não fizesse parte deste meio. Assim, o silêncio torna-se uma expressão da discriminação racial.

Ao silenciar-se o discriminado deixar de compartilhar com outros seu problema; sozinho, sofre sem denunciar e sem ser acolhido “[...] deixava quieto, porque eu sempre era uma menina assim que morria de vergonha de tudo, chegar na diretoria pra gente era a pior coisa do mundo, então você tentava guardar este tipo de coisa pra não ter problema” (Márcia).

A “melhor” solução encontrada por esta jovem, e por outros de nossos participantes foi guardar para si as situações em que foram discriminados, uma vez que compartilhar com os agentes escolares não era considerado como uma atitude certa a ser tomada, bem como a possibilidade de ser ouvida e respeitada por seus pares.

Algumas vezes, ocorre uma inversão de papéis, como no caso de Luciana, que ao brigar com um colega de turma após ter sido agredida verbalmente, acabou sentindo-se

culpada, um sentimento que representa o quanto a discriminação racial é perversa no Brasil, pois o discriminado torna-se, aos olhos da escola e aos seus próprios, o agressor, o culpado.

Nos estudos sobre discriminação racial no ambiente escolar, Eliane Cavalleiro (2001), salienta que a escola, de maneira geral, não reconhece os efeitos prejudiciais destas práticas para seus estudantes. Ao não reconhecer estes efeitos, não são promovidas ações educativas capazes de modificar ou coibir estes prejuízos.

Esta realidade escolar vivenciada por muitos estudantes negros não é considerada pelos agentes escolares, pois, em muitos casos estes nem sequer as percebem como sendo atos discriminatórios e nem como sendo de sua responsabilidade a promoção de ações educativas para combatê-las. Assim, Cavalleiro (2001) em seus estudos sobre a realidade escolar identificou práticas discriminatórias muito significativas e que causam sérios problemas para as crianças negras:

A criança negra que passa por constrangimento normalmente não é “acolhida”. [...] A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadoras/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. (p.146)

Percebemos certo ressentimento nas falas dos participantes quando abordaram suas experiências acerca da discriminação racial vivenciadas na escola. Nos depoimentos fica evidente a sensação de impotência diante de uma situação injusta e perversa que condena os negros pelo seu pertencimento racial. Associado a este sentimento, podemos perceber um ressentimento em relação à escola que, conforme os relatos, nunca se mobilizou diante das situações discriminatórias ocorridas no seu interior, mesmo quando o racismo se configurava de forma explícita.

### **Conclusão**

A discriminação racial faz-se presente em todas as esferas sociais. No caso dessa pesquisa, interessava-nos compreender como as questões raciais perpassam a escola e de que forma afetam a sua dinâmica.

A partir destas discussões, pretendíamos relacionar como a desigualdade educacional, presente na realidade brasileira e medida por aspectos quantitativos e qualitativos, associa-se às práticas raciais e como estas se processam no cotidiano da escola.

Conforme apresentamos, os participantes pertencem aos estratos sociais mais empobrecidos e, como consequência, compõem as estatísticas dos jovens pobres que

frequentam as escolas consideradas de pior qualidade, no tocante a sua organização pedagógica, infraestrutura e qualificação de seu corpo docente.

Dessa maneira, os relatos dos participantes, acerca das suas percepções sobre o tipo de escola que frequentaram, confirmam sua realidade social, pois estas não lhes ofereceram condições propícias para um desenvolvimento escolar adequado. Assim, as escolas foram apresentadas como desorganizadas, fracas, seus professores como majoritariamente descompromissados com o ensino, indicando, portanto, a baixa qualidade das instituições de ensino que frequentaram.

As discussões teóricas que realizamos sobre o racismo na escola auxiliaram-nos a compreender como este fenômeno social manifesta-se no interior da escola. Entre as várias formas de sua ocorrência, as práticas implícitas presentes no trato didático privilegiam um modelo de sociedade, a europeia, e um modelo de homem, o branco, deixando de lado a maioria dos estudantes negros que não se veem representados neste ambiente, gerando, portanto, uma dificuldade para que sejam aceitos e respeitados em sua diferença.

De maneira geral, todos os participantes vivenciaram situações de discriminação; uns de forma direta, enquanto outros presenciaram situações ocorridas com seus pares. Os conflitos raciais ocorridos na escola referem-se, principalmente, às relações interpessoais entre os participantes e seus pares. Muitos contaram-nos situações em que foram, constantemente, durante a trajetória escolar, agredidos verbalmente por outros estudantes, a partir de “brincadeiras” pejorativas, apelidos maldosos, xingamentos, entre outros.

Outro aspecto que fica evidente nos depoimentos é a sensação de impotência diante de uma situação injusta e perversa que condena os negros pelo seu pertencimento racial. Associado a este sentimento, podemos perceber um ressentimento em relação à equipe escolar que, conforme os relatos, pouco ou nunca se mobilizou diante das situações discriminatórias ocorridas no interior da escolar, mesmo quando o racismo se configurava de forma explícita.

Cabe ressaltar que a discriminação racial presente no ambiente escolar é uma das mais perversas, pois atinge crianças e jovens negros no período em que se formam enquanto indivíduos e afeta seu imaginário social ao atribuir referências negativas e de inferioridade ao segmento negro, reforçando, assim, as práticas racistas estabelecidas fora da escola. A questão central aqui, portanto, não nos parece ser a busca pelo respeito aos alunos negros na escola atual. Trata-se, na realidade, de construirmos uma escola para todos, que se

utilize da diferença de seus sujeitos para a proposição de um currículo capaz de formar cidadãos preparados para lidar com as mesmas diversidades na vida adulta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL.(2008) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2007). **Primeiras análises. Educação juventude raça/cor**. 14 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>

CAVALLEIRO, E. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, E. (org.) **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001. p.141-160

CARREIRA, D. e PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial: rumo à educação pública de qualidade no Brasil**. São Paulo: Global : Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

CHARLOT, B. **Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia**. Cadernos de Pesquisas. São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio 1996.

GOMES, N. L. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In CAVALEIRO, E. (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: representando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

MEIHY, J.C. **Manual da história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

OLIVEIRA, R. P. **Da universalidade do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica**. Educação Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 661-690, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

PAULILO, M. A. S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serv. Soc. Ver., Londrina, v.2, n.2,p.135-148, jul./dez. 1999.

SANTOS, I.A. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos**. In CAVALEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: representando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.